



Nome: _____

**063 – ANALISTA DE CONTROLE INTERNO –
CONTABILIDADE – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES**

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o **CARTÃO-RESPOSTA** e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES** E/OU o **CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, antes do tempo estabelecido, e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.





CONCURSO PÚBLICO



GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

**063 – ANALISTA DE CONTROLE INTERNO –
CONTABILIDADE – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****CLIMA EXTREMO DESAFIA
INFRAESTRUTURA DO BRASIL**

Quando os radares da Defesa Civil captaram a possibilidade de temporal sobre Santa Catarina em dezembro de 2025, o governo do estado tomou uma decisão drástica: suspender as aulas. Foi a primeira vez que mais de 520 mil alunos de escolas estaduais foram orientados a ficar em casa naquele 9 de dezembro como medida de prevenção a desastres. Estudantes da rede municipal em diversas cidades e universidades também cancelaram as atividades.

A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical que já ganhava o selo de atípico. Ele se formou no Paraguai, atravessou o Rio Grande do Sul e se intensificou na costa entre esse estado e Santa Catarina, detalha Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Um dia depois, as mesmas rajadas sopraram na cidade de São Paulo. Os ventos chegaram a 100 km/h, afetaram transformadores de energia, cancelaram voos, derrubaram placas de trânsito e paralisaram a vida em pelo menos dois milhões de imóveis. A estimativa mais recente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo calcula perdas de pelo menos R\$ 2,1 bilhões no comércio e no setor de serviços.

Um mês antes, outro ciclone extratropical formado sobre o Sul do país foi o estopim para uma calamidade no Paraná. Nuvens pesadas ajudaram a formar três tornados que atingiram 11 cidades e arremessaram carros, derrubaram prédios, tombaram caminhões. O fenômeno destruiu 80% de Rio Bonito do Iguaçu e deixou seus 14 mil moradores em choque.

“Nós não estamos preparados para isso. Nós não estamos adaptados para enfrentar esses eventos climáticos extremos”, avalia José Marengo, coordenador-geral de pesquisa do Cemaden. Os ciclones extratropicais são um fenômeno conhecido na meteorologia. Na América do Sul, eles se formam próximo ao Sul do Brasil até o sul da Argentina e precisam de um ingrediente-chave: o calor que vem do Equador encontrando o frio que sai do polo.

O Instituto Nacional de Meteorologia não tem um banco de dados que contabilize os ciclones extratropicais ocorridos no Brasil, informou o órgão. Mas a pesquisa feita por Rosmeri Porfírio da Rocha, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, revela que de três a quatro ciclones se formam nesta região, em média, por mês e “saem” para o Atlântico.

Os ciclones, explica a cientista, têm um papel fundamental de auxiliar no transporte de calor do Equador para o polo e do frio no caminho contrário. “E quando fazem isso, geram ação, rotação, formam nuvem, tempestade, a pressão muda muito no espaço, os ventos se aceleram”, cita Rocha. A diferença do caso mais recente foi que ele se intensificou dentro do continente - e não no mar, como costuma ser. No monitoramento feito por Seluchi, o sistema chegou a 2 mil km de extensão e gerou efeitos desde a Argentina até o Rio de Janeiro.

Em Florianópolis, estado exposto a este evento climático por sua posição geográfica, Regina Rodrigues vivenciou três ciclones em 2025 no quintal de sua casa. Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, ela é uma das brasileiras de um grupo internacional que investiga a conexão de eventos climáticos extremos com as mudanças climáticas.

“A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura. Quanto maior for esta diferença, mais violento ele fica. Está ficando pior porque a parte subtropical e tropical do Brasil está ficando mais quente”, afirma Rodrigues. No estado onde vive, considerado uma zona de “encontros” dessas massas, os ventos já chegaram a 109 km/h. Sem energia elétrica e internet em casa, Rodrigues viu pela janela telhados e toldos voando.

O despreparo para enfrentar ciclones mais fortes e outros eventos climáticos extremos é visível até na metrópole mais rica do país. Para moradores, comércios e indústrias na Grande São Paulo, ventanias e tempestades têm sido sinônimo de dias sem eletricidade. “Isso mostra toda a vulnerabilidade do sistema elétrico, com postes e fios aéreos — e que estão perto das árvores”, comenta Marengo.

A Empresa de Pesquisa Energética reconhece as lacunas do setor e a necessidade de adaptação diante das mudanças climáticas. Um estudo publicado no ano passado lista os potenciais impactos de tempestades, ventos fortes e enchentes na



infraestrutura e no fornecimento de energia. Mas, até agora, as concessionárias não são cobradas por órgãos reguladores para aumentar a resiliência.

Na capital paulista, o aterramento dos fios anda a passos lentos: a prefeitura afirma ter implantado 88 km de fiação subterrânea. Isso equivale a 0,02% dos 44 mil km sob concessão da Enel no estado, empresa distribuidora que atende 8 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana.

Os impactos afetam outros setores da economia. O de seguros, em geral, é um dos primeiros justamente por lidar diretamente com a materialização dos riscos. “Observa-se um aumento gigantesco no número de sinistros, o que torna o impacto das mudanças climáticas mais evidente”, comenta Luciane Moessa, advogada e diretora da ONG Soluções Inclusivas Sustentáveis.

As seguradoras, afirma Moessa, têm buscado projetar novos cenários e rever suas metodologias de cálculo para enfrentarem os novos tempos. Mesmo que esse setor se adapte, não há garantias de um desfecho positivo: ao recalcular os riscos com base no aumento da frequência e da intensidade dos sinistros, os prêmios podem se tornar muito mais elevados do que são hoje.

“E as pessoas podem deixar de contratar seguros simplesmente porque não terão condições de arcar com os custos”, complementa Moessa, citando o exemplo do seguro agropecuário. Em nível nacional, o país acaba de aprovar o Plano Clima Adaptação. A política pública envolve 26 ministérios e busca aumentar a resiliência de estados e municípios diante de eventos extremos e, sobretudo, evitar mortes.

O desafio será implementar as diretrizes nos estados e cidades — onde os impactos das mudanças climáticas se manifestam. Em outra frente, o Ministério do Meio Ambiente vai ajudar municípios a desenvolverem seus próprios planos com foco na proteção de vidas, infraestrutura, transporte, saúde e outros serviços essenciais.

“Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável. Por isso, o planejamento precisa ser participativo, envolvendo não apenas o poder público, mas também a sociedade civil e o setor privado”, afirma Lincoln Muniz Alves, coordenador-geral do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do MMA, referindo-se ao AdaptaCidade.

Não há uma receita de bolo a ser seguida: a ideia é que cada município, a partir de sua realidade específica, defina suas prioridades. Em muitos casos, os problemas estão associados tanto ao excesso quanto à falta de água, cita como exemplo Alves. Nesta fase inicial, 581 cidades distribuídas por todos os estados participam desse esforço.

Para colocar o plano em prática, o acesso ao financiamento pode ser uma barreira, já que muitos municípios estão endividados ou têm pouca capacidade técnica para elaborar projetos robustos. “Embora existam recursos disponíveis, a burocracia também é um obstáculo significativo. É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações e adaptem seus mecanismos”, comenta Alves sobre outra necessidade de adequação. (...)

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eventos-climáticos-extremos-desafiam-infraestrutura-brasileira/a-75216590>>. Adaptado. Acesso em: 06 de fevereiro de 2026.

Questão 01

A decisão relatada no início do texto revela, sobretudo, uma mudança no padrão de atuação do poder público diante de eventos climáticos, caracterizada por:

- Substituição de respostas emergenciais por políticas estruturais de longo prazo.
- Adoção de medidas cautelares baseadas em cenários prospectivos.
- Descentralização das responsabilidades de gestão de riscos.
- Alinhamento às recomendações internacionais.

Questão 02

A caracterização do sistema atmosférico como atípico decorre, principalmente, do fato de ele ter:

- Atingido simultaneamente regiões historicamente imunes ao fenômeno.
- Apresentado intensidade incompatível com registros históricos globais.
- Rompido o padrão espacial mais recorrente de fortalecimento desses sistemas.
- Sido provocado exclusivamente por alterações recentes no clima global.

Questão 03

Os dados econômicos mencionados no texto cumprem a função argumentativa de:



CONCURSO PÚBLICO



- a) Quantificar os prejuízos apenas como efeito colateral inevitável.
- b) Demonstrar a eficiência dos mecanismos de resposta adotados.
- c) Justificar a priorização do setor produtivo nas políticas climáticas.
- d) Ampliar a compreensão dos impactos para além da esfera ambiental.

Questão 04

Ao avaliar a capacidade de enfrentamento dos eventos descritos, o especialista citado no texto sustenta uma crítica centrada na:

- a) Imprevisibilidade dos sistemas atmosféricos.
- b) Ausência de adaptação estrutural às novas condições climáticas.
- c) Insuficiência de cooperação internacional.
- d) Negligência exclusiva do setor privado.

Questão 05

A explicação científica sobre o funcionamento dos ciclones sugere que o aumento recente de sua intensidade está associado, sobretudo, à:

- a) Maior frequência de frentes frias no hemisfério sul.
- b) Ampliação do contraste térmico entre massas de ar.
- c) Aceleração dos ventos em regiões equatoriais.
- d) Expansão das áreas urbanizadas.

Questão 06

No trecho “A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical”, o sujeito oracional deve ser classificado como:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito inexistente.
- c) Sujeito composto.
- d) Sujeito oculto.

Questão 07

No trecho “A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura”, o termo destacado pode ser adequadamente substituído, sem prejuízo semântico, por:

- a) Propulsora.
- b) Secundária.
- c) Reguladora.
- d) Acessória.

Questão 08

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE o termo destacado no trecho a seguir: “Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável.”

- a) Adjunto adnominal.
- b) Predicativo do sujeito.
- c) Predicativo do objeto.
- d) Adjunto adverbial.

Questão 09

Em “Não há uma receita de bolo a ser seguida”, é CORRETO afirmar que:

- a) O verbo “haver” é intransitivo.
- b) O termo “de bolo” é complemento nominal.
- c) A oração tem sujeito simples.
- d) O verbo “haver” é impessoal.

Questão 10

No trecho “É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações”, a oração subordinada exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Objeto indireto.
- d) Predicativo do sujeito.

Questão 11

Uma equipe de desenvolvimento utiliza Git com múltiplas *branches* para permitir o desenvolvimento paralelo, integração contínua e a manutenção de versões em produção. O projeto adota versionamento semântico e possui histórico extenso de *commits*.

Com base nas boas práticas de controle de versões e no funcionamento do Git, analise as sentenças a seguir:

- I- *Commits* pequenos e frequentes facilitam a identificação de regressões e a auditoria de mudanças, especialmente quando integrados a pipelines de CI/CD.
- II- A utilização de *rebase* em *branches* compartilhadas é recomendada, pois preserva o histórico completo de *commits* e reduz o risco de inconsistências no repositório remoto.
- III- O uso de *tags* associadas a *commits* específicos permite identificar *releases* estáveis e recuperar versões exatas do código implantado em produção.



CONCURSO PÚBLICO



Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

Questão 12

Em uma rede corporativa composta por múltiplas sub-redes interligadas por roteadores, um host precisa se comunicar com outro host localizado em uma rede distinta.

Conforme os conceitos de endereçamento IP e roteamento, analise as sentenças a seguir:

- I- O endereço IP identifica logicamente um host ou interface de rede e é utilizado como base para o encaminhamento de pacotes entre redes distintas.
- II- A escolha do melhor caminho entre a origem e o destino é realizada pelos roteadores com base em suas tabelas de roteamento, considerando o o endereço IP de origem.
- III- Protocolos de roteamento utilizam informações de endereçamento IP para construir e atualizar tabelas de roteamento, permitindo decisões dinâmicas de encaminhamento.

Analisadas as sentenças, está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

Questão 13

Constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO:

- a) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- b) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com a finalidade de ocultar irregularidades.
- c) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, o teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

- d) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

Questão 14

Segundo norma constitucional, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório.
- b) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei ordinária, assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- d) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma do decreto, assegurada ampla defesa.

Questão 15

Dado o sistema linear
$$\begin{cases} 2x + 3y + z = 110 \\ 3x - y + 2z = 70 \\ x + y - z = 0 \end{cases}$$
, o valor

de $x + y + z$ é:

- a) 60.
- b) 70.
- c) 50.
- d) 65.

Questão 16

A Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) constitui o principal diploma normativo local, estabelecendo princípios, competências e organização dos Poderes Municipais. De acordo com a Lei Orgânica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei Orgânica pode ser alterada por decreto do Prefeito Municipal.
- b) A iniciativa de emenda à Lei Orgânica é exclusiva do Prefeito.
- c) A Lei Orgânica depende de sanção do Governador do Estado.
- d) A Lei Orgânica é promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos.



CONCURSO PÚBLICO



Questão 17

A Lei Municipal n.º 2.279/2025 institui o Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE) como instrumento de desenvolvimento econômico local. Com base no texto legal, constitui objetivo do PROINE:

- a) Fomentar o desenvolvimento econômico com apoio à iniciativa privada.
- b) Conceder incentivos fiscais restritos a empresas industriais tradicionais.
- c) Priorizar o aumento da arrecadação tributária municipal direta.
- d) Substituir políticas estaduais e federais de inovação tecnológica.

Questão 18

No âmbito do Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE), a Lei Municipal n.º 2.279/2025 prevê a concessão de incentivos fiscais específicos, observados critérios os legais. Segundo essa Lei, pode ser objeto de incentivo fiscal:

- a) O Imposto sobre Operações Financeiras, por autorização executiva.
- b) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por convênio municipal.
- c) A Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas.
- d) O Imposto Predial e Territorial Urbano, mediante avaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Questão 19

A Constituição da República assegura aos Municípios autonomia como ente integrante da Federação, princípio este reproduzido e detalhado pela Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE). Essa autonomia manifesta-se em diferentes dimensões, permitindo ao Município organizar seus próprios interesses, exercer competências legislativas e administrativas e gerir seus recursos, sempre nos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF). Em relação à Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) e ao modelo constitucional brasileiro de repartição de competências, a autonomia municipal NÃO compreende:

- a) Autonomia administrativa.
- b) Autonomia financeira.

- c) Autonomia legislativa.
- d) Autonomia jurisdicional.

Questão 20

No Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Eusébio (CE), os dispositivos que tratam de regime disciplinar e penalidades estabelecem normas sobre a aplicação das sanções funcionais. De acordo com esses dispositivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão é uma penalidade prevista no Estatuto e somente deve ser aplicada após regular processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa.
- b) A advertência é uma penalidade prevista para infrações leves, aplicável independentemente de processo administrativo.
- c) O servidor poderá ser punido com demissão pela prática de qualquer infração, mesmo sem devido processo legal.
- d) O Estatuto não prevê penalidades como a demissão ou a cassação de aposentadoria.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 21

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública é um dos pilares do sistema de controle previsto na Constituição Federal (CF). Considerando as disposições constitucionais e o entendimento doutrinário majoritário, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, é exercido de forma independente do Tribunal de Contas da União (TCU), que atua como órgão auxiliar somente quando solicitado.
- b) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade, por serem os únicos expressamente previstos para essa finalidade no texto constitucional.
- c) O sistema de fiscalização da Administração Pública previsto na Constituição estabelece a independência entre o controle externo e o controle interno, sem qualquer relação de cooperação entre eles.
- d) O controle externo, exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), deve apreciar a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, conforme previsto no Art. 70 da Constituição Federal.



Questão 22

Acerca dos sistemas de controle da Administração Pública — administrativo, judicial e legislativo — considerando a Constituição Federal (CF), a doutrina majoritária e a jurisprudência consolidada, é CORRETO afirmar que:

- a) O controle legislativo apresenta natureza exclusivamente política, não abrangendo a verificação de legalidade de atos administrativos, função essa atribuída exclusivamente ao controle judicial.
- b) O controle administrativo não alcança atos discricionários, em razão da separação dos Poderes, limitando-se à autotutela sobre atos vinculados, conforme entendimento doutrinário clássico.
- c) O controle judicial admite a apreciação tanto da legalidade quanto do mérito administrativo, quando demonstrada a existência de abuso de poder, sendo permitido ao Judiciário substituir a decisão da Administração em tais hipóteses.
- d) O controle legislativo realiza-se diretamente pelo Parlamento e indiretamente pelos Tribunais de Contas, possuindo natureza política e técnico financeira, alcançando a legalidade, legitimidade, economicidade e resultados da gestão pública, conforme previsão constitucional.

Questão 23

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988 e com a doutrina majoritária sobre o controle exercido pelos Tribunais de Contas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Compete aos Tribunais de Contas emitir parecer prévio e julgar as contas do Chefe do Poder Executivo, em razão de sua natureza jurisdicional, característica essencial do modelo de controle externo brasileiro.
- b) Os Tribunais de Contas possuem competência para sustar diretamente contratos administrativos considerados ilegais, independentemente de manifestação do Poder Legislativo, desde que constatada potencial lesão ao erário.
- c) O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, não podendo avaliar a legitimidade, economicidade ou eficiência da gestão pública, por configurarem controle de mérito administrativo.
- d) Os Tribunais de Contas podem determinar a correção de ilegalidades, aplicar sanções, realizar

auditorias e inspeções, bem como julgar contas dos administradores públicos, constituindo-se como órgãos técnicos de controle externo sem natureza jurisdicional.

Questão 24

A Estrutura Conceitual revisada pelo CPC destaca mudanças relevantes nos critérios de reconhecimento de ativos e passivos, assim como reforça características qualitativas da informação contábil. Segundo esses fundamentos, é CORRETO afirmar que:

- a) A Estrutura Conceitual estabelece que um ativo só pode ser reconhecido se houver garantia razoável de geração de benefício econômico futuro, devendo esse benefício ser mensurável em termos monetários com elevado grau de certeza.
- b) O reconhecimento de ativos e passivos pela Estrutura Conceitual exige, simultaneamente, que o item seja provável, relevante, mensurável e apresente baixa variabilidade de estimativa, sob pena de inviabilidade de representação fidedigna.
- c) A Estrutura Conceitual define que um ativo existe somente quando há controle físico direto do recurso, sendo insuficiente meros direitos legais ou contratuais que não resultem em posse material.
- d) De acordo com a Estrutura Conceitual, um ativo deve ser reconhecido quando representar um direito presente controlado pela entidade e quando seu reconhecimento fornecer informação relevante e representada fidedignamente, ainda que a probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros não seja o critério determinante.

Questão 25

Em relação aos regimes de caixa e competência, conforme os princípios contábeis e a harmonização com os padrões internacionais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No regime de caixa, a receita deve ser reconhecida no momento em que é gerada, ainda que o recebimento ocorra em período distinto, desde que os benefícios econômicos futuros possam ser estimados com confiabilidade.
- b) O regime de competência impede o reconhecimento de obrigações que não tenham sido liquidadas financeiramente, já que a essência econômica das transações depende da saída efetiva de dinheiro.



CONCURSO PÚBLICO



- c) O regime de competência determina que receitas e despesas sejam reconhecidas no período em que ocorrem os correspondentes fatos geradores, mesmo sem movimentação financeira, o que permite representar direitos e obrigações que ainda não impactaram o caixa.
- d) No setor público, tanto a receita como a despesa orçamentária devem ser reconhecidas integralmente pelo regime de competência pleno, conforme determinação expressa da Lei 4.320/1964.

Questão 26

De acordo com os componentes patrimoniais definidos pela Estrutura Conceitual e pelas normas contábeis brasileiras, assinale CORRETAMENTE:

- a) Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido mantêm entre si relação de interdependência lógica, sendo o Patrimônio Líquido definido como o interesse residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os passivos, conforme estabelece a Estrutura Conceitual atualizada.
- b) Um ativo só pode ser reconhecido quando existir propriedade jurídica plena do recurso econômico, sendo insuficiente o mero controle decorrente de direitos contratuais ou outros instrumentos não possessórios.
- c) O passivo somente existe quando há exigibilidade legal formalmente constituída, não sendo admitidas obrigações decorrentes de práticas habituais ou expectativas legítimas criadas pela entidade.
- d) O Patrimônio Líquido representa um elemento independente do Ativo e do Passivo, sendo determinado diretamente pelas variações de receitas e despesas, sem relação necessária com a posição patrimonial da entidade.

Questão 27

O Sistema de Partidas Dobradas constitui a base da escrituração contábil e garante a coerência da equação patrimonial. Considerando seus princípios e implicações, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O método das partidas dobradas exige que cada registro contábil envolva sempre exatamente duas contas, sendo vedado registrar um fato com mais de dois lançamentos simultâneos.
- b) O Sistema de Partidas Dobradas decorre da dualidade patrimonial, impondo que todo fato contábil afete pelo menos duas contas, em débitos

- e créditos de valores iguais, preservando a igualdade da equação patrimonial.
- c) Um registro contábil pode afetar apenas contas do ativo, desde que o total de créditos seja maior que o total de débitos, compensando a diferença no patrimônio líquido.
- d) O princípio da entidade é o fundamento exclusivo das partidas dobradas, justificando que todo registro contábil seja feito em contas patrimoniais, sem efeitos sobre contas de resultado.

Questão 28

Em relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16), é CORRETO afirmar que:

- a) A NBC T 16.5 estabelece que a contabilidade patrimonial no setor público deve ser realizada exclusivamente pelo regime de competência modificada, aplicável tanto às receitas quanto às despesas.
- b) Segundo a NBC T 16.2, o subsistema orçamentário registra apenas as receitas arrecadadas e as despesas pagas, não sendo utilizado para registrar atos de previsão ou fixação.
- c) De acordo com a NBC T 16.9, bens de uso comum, como ruas e praças, devem ser depreciados anualmente, desde que exista dificuldade na mensuração inicial de seus valores.
- d) A NBC T 16.10 determina que ativos e passivos devem ser mensurados de forma a representar adequadamente sua essência econômica, podendo utilizar critérios como valor justo, valor presente ou valor de reposição, sempre que aplicáveis ao setor público.

Questão 29

O orçamento público brasileiro é regido por um conjunto de princípios que orientam sua elaboração, execução e controle, refletindo fundamentos constitucionais e doutrinários consolidados. Segundo esses princípios, assinale CORRETAMENTE:

- a) O princípio da anualidade determina que a Lei orçamentária deve conter exclusivamente receitas e despesas referentes ao exercício financeiro, proibindo expressamente qualquer autorização para operações de créditos que ultrapassem o período anual.



CONCURSO PÚBLICO



- b) O princípio da unidade estabelece que cada Poder — Executivo, Legislativo e Judiciário — deve elaborar e aprovar seu próprio orçamento, consolidado posteriormente pelo Executivo para fins de publicação.
- c) O princípio da especificação tem por finalidade impedir dotações globais ou genéricas, garantindo que cada despesa esteja detalhada, salvo em casos excepcionais previstos em lei, como reservas de contingência.
- d) O princípio do equilíbrio orçamentário, segundo a Constituição, obriga que a Lei orçamentária seja absolutamente equilibrada, vedando déficit primário e financeiro em qualquer hipótese.

Questão 30

A Constituição Federal (CF) brasileira estabelece um sistema integrado de planejamento e orçamento composto pelo Plano Plurianual (PPA), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Acerca das competências, finalidades e características dessas peças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem como principal função autorizar a abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, devendo detalhar despesas e receitas de modo a subsidiar a execução direta do orçamento.
- b) A Lei de Diretrizes Orçamentárias é elaborada pelo Poder Executivo e aprovada pelo Legislativo, mas não pode dispor sobre alterações tributárias, por se tratar exclusivamente de matéria orçamentária.
- c) A Lei Orçamentária Anual possui vigência de quatro anos, alinhada ao período de execução do PPA, devendo ser enviada ao Legislativo até seis meses antes do encerramento do mandato presidencial.
- d) O Plano Plurianual estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para despesas de capital e programas de duração continuada, abrangendo um período quadrienal.

Questão 31

Conforme a classificação econômica das receitas e despesas públicas, é CORRETO afirmar que:

- a) A alienação de bens imóveis integra a categoria de receitas correntes, por não representar aumento patrimonial efetivo, mas apenas uma troca de ativos.

- b) As inversões financeiras classificam-se como despesas correntes por não ampliarem a capacidade operacional do Estado, mas apenas substituírem ativos já existentes.
- c) A receita oriunda de operações de crédito é uma receita de capital, pois implica ingresso de recursos que geram obrigação futura para o ente público.
- d) As despesas com aquisição de material de consumo são classificadas como despesas de capital, já que esse tipo de gasto resulta em ampliação imediata do patrimônio público.

Questão 32

Com base nos estágios da receita e da despesa pública, conforme definidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A arrecadação da receita ocorre quando o contribuinte realiza o pagamento junto à rede arrecadadora, enquanto o recolhimento consiste na transferência desses valores para o Tesouro.
- b) A liquidação da despesa ocorre antes do empenho e tem por finalidade verificar a existência de disponibilidade financeira para autorizar a realização do pagamento.
- c) O lançamento da receita constitui o momento em que os valores arrecadados são transferidos para a conta única do Tesouro, configurando o efetivo ingresso financeiro.
- d) O empenho da despesa extingue a obrigação do ente público com o credor e produz o efeito final de quitação do valor devido.

Questão 33

De acordo com os princípios da Administração Pública no âmbito do Direito Administrativo, assinale CORRETAMENTE:

- a) O princípio da legalidade autoriza que a Administração Pública atue com liberdade, podendo praticar atos discricionários sem previsão legal, desde que fundamentados no interesse público.
- b) O princípio da impessoalidade, conforme a doutrina majoritária, limita-se à vedação de promoção pessoal de agentes públicos, mas não possui relação com a isonomia entre administrados.



CONCURSO PÚBLICO



- c) Pelo princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ser divulgados, sem exceção, sob pena de nulidade absoluta.
- d) O princípio da supremacia do interesse público autoriza a Administração a impor restrições a direitos individuais, desde que haja fundamento legal e observância aos critérios de proporcionalidade.

Questão 34

Acerca da organização administrativa do Estado brasileiro, envolvendo seus entes, entidades e formas de atuação, é CORRETO afirmar que:

- a) A descentralização administrativa ocorre quando há a criação de órgãos internos dentro da estrutura da Administração Direta, transferindo-se a eles a titularidade e a execução do serviço.
- b) As autarquias, por integrarem a Administração Indireta, possuem personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa e capacidade de contratar empregados sob o regime celetista.
- c) A desconcentração consiste na distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, por meio da criação de órgãos, sem transferência de titularidade do serviço.
- d) As fundações públicas exclusivamente de direito público não integram a Administração Indireta, pois são consideradas espécies de órgãos dotados de maior autonomia decisória.

Questão 35

Sobre os poderes da Administração Pública e suas características, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Executivo a editar decretos autônomos que podem criar obrigações para particulares e inovar diretamente na ordem jurídica, ainda que não exista lei prévia.
- b) O poder disciplinar permite à Administração Pública aplicar sanções a qualquer pessoa que descumpra deveres previstos em lei, independentemente da existência de vínculo jurídico específico com o Estado.
- c) O poder hierárquico permite delegação e avocação de competências entre órgãos da mesma pessoa jurídica, desde que não haja vedação legal e não envolva competências exclusivas.
- d) O poder de polícia, na fase de consentimento, caracteriza-se exclusivamente pela edição de atos normativos gerais, pois nunca se manifesta por meio de atos individuais ou concretos.

Questão 36

Com base no poder de polícia administrativa, suas características, fases e limites, assinale CORRETAMENTE:

- a) O poder de polícia, por envolver restrição a direitos individuais, somente pode ser exercido mediante atos normativos gerais e abstratos, sendo vedada sua manifestação por meio de atos individuais.
- b) A fase de fiscalização do poder de polícia caracteriza-se por medidas destinadas a verificar o cumprimento das normas administrativas, podendo resultar na lavratura de autos, interdição ou aplicação de penalidades.
- c) A autoexecutoriedade está presente em todo e qualquer ato de polícia, ainda que não haja previsão legal expressa.
- d) A delegação do exercício do poder de polícia à iniciativa privada é permitida amplamente, inclusive para as etapas de fiscalização e sanção, desde que haja contrato administrativo válido.

Questão 37

De acordo com os atos administrativos, seus elementos, atributos e classificação segundo a doutrina majoritária do Direito Administrativo, é CORRETO afirmar que:

- a) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta, não admitindo prova em contrário, razão pela qual somente pode ser afastada por decisão judicial transitada em julgado.
- b) O ato administrativo discricionário é aquele em que a Administração pode escolher livremente o motivo e a finalidade, desde que não haja violação aos direitos individuais do administrado.
- c) A anulação do ato administrativo pela própria Administração é manifestação do princípio da autotutela, devendo ocorrer sempre que houver ilegalidade, independentemente de prazo decadencial.
- d) O ato administrativo vinculado é aquele em que a lei restringe a liberdade da Administração, determinando previamente todos os seus elementos essenciais, inclusive motivo e objeto.

Questão 38

Em relação aos agentes administrativos e às categorias de agentes públicos segundo a doutrina



CONCURSO PÚBLICO



majoritária do Direito Administrativo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os servidores temporários, contratados com fundamento no Art. 37, IX, da Constituição Federal (CF), possuem vínculo de natureza estatutária e estabilidade típica após três anos de efetivo exercício.
- b) Os agentes delegados, tais como concessionários e permissionários de serviços públicos, integram a Administração Indireta e possuem vínculo funcional direto com o Estado.
- c) Os particulares em colaboração, como mesários eleitorais e jurados, exercem função pública permanente e remunerada, submetendo-se às mesmas regras disciplinares aplicáveis aos servidores efetivos.
- d) Os servidores estatutários compõem a Administração Direta ou Indireta de direito público e possuem vínculo jurídico e institucional regido por estatuto próprio, com ingresso mediante concurso público.

Questão 39

Acerca do processo administrativo federal, à luz da Lei n.º 9.784/1999 e da doutrina majoritária de Direito Administrativo, assinale CORRETAMENTE:

- a) O princípio da autotutela impede que a Administração reveja seus próprios atos durante o processo administrativo, devendo qualquer nulidade ser previamente declarada pelo Poder Judiciário.
- b) A motivação dos atos administrativos dispensa a indicação dos fundamentos de fato e de direito quando se tratar de ato discricionário, pois nesses casos a Administração possui liberdade plena.
- c) O administrado possui direito ao contraditório e à ampla defesa somente nos processos punitivos formais, não sendo tais garantias exigíveis em processos que envolvam anulação de atos ilegais.
- d) A Administração deve observar o critério da verdade material, podendo determinar de ofício a produção de provas necessárias ao esclarecimento dos fatos, independentemente de provocação do interessado.

Questão 40

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, é CORRETO afirmar que:

- a) O diálogo competitivo é modalidade destinada a contratações que envolvam inovação ou soluções complexas, permitindo que a Administração interaja com os licitantes para desenvolver alternativas aptas a atender sua necessidade.
- b) A contratação direta por inexigibilidade pode ocorrer sempre que houver urgência na prestação do serviço, ainda que exista mais de um fornecedor apto, desde que comprovado o risco à continuidade da atividade administrativa.
- c) O critério de julgamento “técnica e preço” admite a contratação de bens e serviços comuns, desde que a Administração justifique a necessidade de maior qualidade técnica.
- d) O agente de contratação é obrigatoriamente uma comissão composta por, no mínimo, três servidores efetivos, responsável pela condução da licitação até a assinatura do contrato.